

## **CRIMES DE INFORMÁTICA: DO ACESSO NÃO AUTORIZADO A SISTEMAS COMPUTACIONAIS**

*Por: Eduardo Melo Zinhani*

Este trabalho consiste de uma monografia apresentada para obtenção do título de bacharel em direito pela Universidade do Estado de Mato Grosso, com o objetivo principal de analisar a problemática do acesso não autorizado a sistemas computacionais como nova tutela jurídica na legislação brasileira. Priorizou-se uma análise a cerca do Direito Penal vigente, e em comparação com a de outros países, leis esparsas nacionais juntamente com suporte técnico, jurídico e também científico. Trata-se também de uma pesquisa multidisciplinar na qual se procura identificar o significado jurídico penal de uma série de conceitos fundamentais das ciências da Computação. A garantia constitucional à inviolabilidade da intimidade e da vida privada, consagrada no art. 5º, X, da Carta Magna tem como consequência a base para a tutela jurídico-penal do bem jurídico inviolabilidade dos dados informáticos. Seguindo este raciocínio, procurou-se demonstrar a necessidade de tipificação na legislação penal brasileira da conduta de acessar sem autorização sistemas computacionais e identificar os conceitos de crimes de informática, bem como classificá-los de acordo com o gênero, baseando-se no bem jurídico tutelado. A legislação nacional e estrangeira também é analisada, e suas principais virtudes e equívocos são comentados, e a partir de uma abordagem detalhada foi incluída a análise de outros fatores relevantes do direito penal, principalmente sobre a determinação do momento e do local de ocorrência do delito, bem como a fixação do juízo competente para o conhecimento e julgamento das ações penais dos delitos informáticos, e a identificação dos sujeitos ativos e passivos. Ao final concluímos que o acesso não autorizado a sistemas computacionais surge como um novo bem jurídico a ser tutelado pelo Direito Penal, de forma a garantir a privacidade e a integridade dos dados informáticos, e sua simples omissão normativa não é suficiente para descaracterizá-lo como objeto do estudo do Direito Penal.

**PALVRAS-CHAVE:** Informática. Direito. Crimes de Informática. Acesso não Autorizado. Computador.